

# UM OCEANO DE LACUNAS. REVISANDO A HISTORIOGRAFIA E A HISTÓRIA DO ESPAÇO ESTRATÉGICO ATLÂNTICO NOS ANOS 1940

Alexandre L. Moreli Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao cruzar a história das relações transatlânticas, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria através do exame das diferentes ambições civis e militares ligadas ao espaço insular atlântico português entre 1942 e 1948, este artigo tem como objetivo questionar as narrativas existentes sobre a formação de um novo espaço estratégico no oceano no período. Ao evitar o corte cronológico de 1945 como marco transformador ou ponto de partida para interesses cruzando-se em meio ao Atlântico, o artigo pretende lançar um novo olhar sobre rivalidades dissimuladas, mas perenes e consequentes, como a anglo-americana atuando em Portugal, ou agendas políticas e econômicas marginalizadas pela literatura nesse contexto, embora decisivas, como a brasileira.

**Palavras chave:** Segunda Guerra Mundial, Portugal, Atlântico, Açores, Brasil

**Abstract:** By crossing the Transatlantic History, the History of the Second World War and the works on the origins of the Cold War, this article aims to question the narratives on the civil and military ambitions linked to the Portuguese Atlantic and Insular territory from 1942 to 1948. By avoiding considering 1945 as a turning point, this article intends to shed new light on the Anglo-American dissimulated rivalries regarding their interests in Portugal at the time. It also aims to unveil the agenda of other actors concerned with the political and economic future of the Atlantic region, as the Brazilians.

**Keywords:** Second World War, Portugal, Atlantic, Azores, Brazil

---

<sup>1</sup> Doutor em História das Relações Internacionais pelo *Institut Pierre Renouvin* da *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne*, Coordenador do Centro de Relações Internacionais e professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, alexandre.moreli@fgv.br.

## Introdução

Constrangido por razões orçamentárias e estratégicas, Ray Mabus, *Secretary of the Navy* dos Estados Unidos, acabou declarando em plena Lisboa, no dia 15 de novembro de 2011, que, apesar da importância estratégica da presença americana no arquipélago português dos Açores, localizado em meio ao Atlântico, o futuro permanecia incerto. Segundo Mabus, “deixar os Açores [era] uma das opções sendo consideradas” (PAJ.CM, 2011a). Enquanto a preservação contínua de uma base militar americana nas mencionadas ilhas desde 1944 ilustra bem sua importância, a eventual saída provocou um debate tão intenso quanto o de 70 anos atrás, quando forças anglo-americanas lá se instalaram. Entretanto, apesar da similitude de tom, houve uma mudança radical de posições: enquanto Lisboa resistira duramente a uma primeira presença estrangeira em suas ilhas, hoje são os americanos que querem sair e os portugueses que os desejam lá (PAJ.CM, 2011b).

O objetivo primordial deste artigo, cruzando a história das relações transatlânticas, da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, é o de interrogar as fórmulas segundo as quais, entre 1942 e 1948, americanos e britânicos construíram e acionaram políticas concorrentes sobre o controle de aeródromos civis e militares no meio do oceano Atlântico. Mais especificamente, pretende-se entender como a literatura existente lida com as formas pelas quais Portugal, mas também outras potências atlânticas, como o Brasil, acabaram envolvidas nesses acontecimentos. Finalmente, serão examinadas as modalidades através das quais Londres percebeu e reagiu às iniciativas de Washington, que se intrometia em um território considerado, pela Inglaterra, como sua “zona prioritária de responsabilidade”<sup>2</sup>. Em suma, tratar-se-á dos últimos instantes de uma importante rivalidade ocidental antes da criação da Aliança Atlântica de 1949.

---

<sup>2</sup> Arquivos Nacionais do Reino Unido. PREM 3/362/6. Telegrama nº 995, de 2 de março de 1943, de Lord Halifax à Anthony Eden.

## As lacunas da historiografia

Sem surpresa, tem sido sobretudo a historiografia portuguesa a dedicar, nas últimas décadas, centenas, senão milhares, de páginas à importância do espaço atlântico e dos Açores nesse decisivo período de meados dos anos 1940<sup>3</sup>. Para além de sua histórica trajetória (e dependência) oceânica e dos diversos arquipélagos onde rotas de comboios de suprimento e submarinos se cruzavam, faz-se importante recordar que Portugal controlava, à época, milhares de quilômetros de territórios costeiros entre Lisboa e Luanda.

Ao reconhecer que a neutralidade oficial portuguesa durante a guerra sofreu para encontrar um equilíbrio entre os interesses do Eixo e os dos Aliados, historiadores distinguem um real processo de aproximação ao último grupo enquanto Mussolini caía e Hitler começava a enfrentar o pior período da guerra de usura, que sempre quisera evitar. Tal processo, contudo, não teria se desenrolado tranquilamente. Em princípio advogados pelo *Foreign Office* britânico, reconhecidamente um interlocutor privilegiado em Lisboa, os interesses americanos teriam sofrido resistência devido à enorme

---

<sup>3</sup> Dentre as principais obras, que incluem algumas reflexões de autores não lusitanos, pode-se citar: ANDRADE, Luis M. Vieira, "A importância geoestratégica dos Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 1389-1397, FERREIRA, José Medeiros. "Os Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 73-90, ANDRADE, Luis M. Vieira. *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada, Impraçor S. A., 1992, 260 p., TELÓ, Antonio J. *Os Açores e o controlo do Atlântico*. Lisboa, Asa, 1993, p., ANTUNES, José Freire. *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores (1941-1945)*. Alfragide, Ediclube, 1995, 163 p., PETER, Felicitas von. "Apanhados de surpresa? A embaixada alemã e o acordo dos Açores", In: *Penelope*, n. 22, 2000, p. 35-51, RODRIGUES, Luís Nuno. "George Kennan e as negociações luso-americanas sobre os Açores", In: *Relações Internacionais*, Portugal, dezembro, 2004, n. 4, p. 1-11, RODRIGUES, Luís Nuno. *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa, Prefacio, 2005, 209 p., CASTAÑO, David. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa, Associação dos Amigos do Arquivo Histórico Diplomático, 2006, 206 p., ROCHA, Alexandre Luis Moreli. "As pressões dos aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943 : da neutralidade à colaboração", In *Revista de História*, Departamento de História da Universidade de São Paulo, n. 161, 2009, p. 113-144, FERREIRA, José Medeiros. *Os Açores na política internacional*. Lisboa, Tinta da China, 2011, 181 p.

desconfiança do ditador português António de Oliveira Salazar para com Washington. De acordo com os representantes americanos em Lisboa no início de 1943, para Salazar, uma vitória encabeçada pelos Estados Unidos significaria “o triunfo do materialismo de *Wall Street* e da imoralidade de *Hollywood*, sem mencionar a ameaça para as ilhas portuguesas do Atlântico”<sup>4</sup>.

Dessa forma, resumem os trabalhos conhecidos, explicar-se-ia o longo tempo que os americanos levaram para concretizar um interesse inicial, manifestado em 1943 na sequência dos sucessos da operação *Torch* de invasão do norte da África e que reconfigurou a Batalha do Atlântico, de estabelecer uma presença definitiva nas estratégicas ilhas atlânticas lusitanas. Tal objetivo seria alcançado somente em 1948 (após uma série de acordos provisórios), quando foi assinado o tratado base que sustenta a hoje ameaçada presença da *65th Air Base Wing* no espaço insular.

Todavia, documentos ainda não considerados para tal reflexão presentes nos arquivos franceses propõem uma interpretação diferente<sup>5</sup>.

Para o regime de Vichy, sem direto interesse no dossiê dos Açores, mas acompanhando de perto as discussões que poderiam afetar colateralmente seus interesses na costa africana, uma relação de força áspera entre os anglo-americanos teria se instalado sobre essa questão e influenciado fundamentalmente as relações de ambos com o governo português. Se tal hipótese se mostrasse defensável, seria possível afirmar que teriam sido menos as resistências de Salazar a uma política atlantista americana e mais o jogo duplo de um desleal aliado, o *Foreign Office*, o principal fator atrapalhando os planos de Washington por anos. Como, entretanto, questionar a *special relationship*, aparentemente tão bem construída por Churchill e Roosevelt?

---

<sup>4</sup> Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. RG 59, file 853, box 5263. Carta n. 808, de 4 de fevereiro de 1943, de Bert Fish ao Secretário de Estado, contendo o anexo “Situation of Portugal at the Outset of 1943”.

<sup>5</sup> A análise dos arquivos franceses foi realizada durante as pesquisas de mestrado, que deram origem a este trabalho: ROCHA, Alexandre Luis Moreli. *Les négociations entre les Etats-Unis, le Portugal et le Royaume-Uni pour le contrôle de l’Atlantique à partir de l’archipel des Açores vues à travers le réseau diplomatique français. 1943-1948*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea dos Mundos Estrangeiros e das Relações Internacionais apresentada na *Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne* em outubro de 2007, 207 p.

Na hipótese da manutenção de uma cooperação total anglo-americana em relação aos Açores que, de fato, domina as narrativas até hoje<sup>6</sup>, fica difícil entender as razões pelas quais, após a cessão por Lisboa a Londres, em agosto de 1943, de direitos para um aeródromo na Ilha Terceira, os americanos insistiram com firmeza para obter eles mesmos direitos semelhantes, para uso exclusivo e em uma diferente ilha do arquipélago.

---

<sup>6</sup> As várias questões levantadas pela consulta aos arquivos franceses, na realidade, ou não tinham sido consideradas pelos numerosos trabalhos já publicados (inclusive fora de Portugal), ou o tinham somente de forma sucinta, demandando nova reflexão, como na obra *Salazarisme et Fascisme* de Yves Léonard (Paris, Chandeigne, 1995, 223 p.) e de outros artigos dispersos e mais gerais sobre a posição portuguesa durante a guerra (BESSA, Carlos. "La neutralité portugaise dans la Seconde Guerre Mondiale", In: ROULET, Louis-Edouard. *Les Etats Neutres Européens et la Seconde Guerre Mondiale*. Neuchâtel, Editions de la Braconnière, 1985, p. 135-153 e ROCHA, Alexandre Luis Moreli. "L'archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le conflit Est-Ouest. 1946-1947, l'atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l'océan", In: *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, Paris, número 27, primavera de 2008, p. 77-89). Como dito, as obras não lusófonas abordando mais particularmente as questões estratégicas e políticas relativas aos Açores são escassas. Não obstante, faz-se importante destacar alguns trabalhos da historiografia espanhola ou publicados em espanhol (BARRIO, Antonio Marquina. *España en la politica de seguridad occidental, 1939-1986*. Madrid, Servicio de Publicaciones del EME, 1986, 1022 p., LEZCANO, Victor Morales. "Azores, Canarias y Cabo Verde en la estrategia 'preventiva' de Gran Bretaña y los EE-UU (junio-1940-diciembre 1942)", In: *II Aula Canarias y el Noroeste de Africa*, Madrid, Cabildo Insular de Gran Canaria, 1988, p. 469-474, número 8 da revista *Proserpina*, publicada em 1989 e dedicada à Espanha, à Portugal e à OTAN, 180 p., REDONDO, Juan Carlos Jiménez. *Franco y Salazar : Las Relaciones Hispano-Portuguesas en el Marco de la Guerra Fria (1930-1955)*, publicado em português em 1996, TEIXEIRA, Nuno Severiano. "La politica exterior portuguesa, 1890-1986", In: PINTO, Antonio Costa. *Portugal Contemporaneo*. Madri, Sequitur, 2000, p. 57-84 e outros autores como Javier Tussel ou Stanley Payne, que trabalharam marginalmente sobre Portugal em suas obras sobre a Espanha durante a Segunda Guerra (TUSSEL, Javier. *Franco, España y la II Guerra Mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. Madri, Temas de Hoy, 1995, 709 p., PAYNE, Stanley G. *Franco y Hitler. España, Alemania, la Segunda Guerra Mundial y el Holocausto*. Madri, La esfera de los libros, 2008, 473 p.). É preciso igualmente lembrar dos trabalhos publicados em língua inglesa, como VINTRAS, R. E. *The Portuguese Connection. The Secret History of the Azores Base*. Londres, Bachman & Turner, 1974, 183 p., STONE, Glyn A. "The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-1945", In: *Journal of Contemporary History*, Londres, volume 10, number 4, October 1975, p. 729-746, SWEENEY, Jerry K. "Genesis of an Airbase: The United States, Portugal and Santa Maria", In: *Aerospace Historian*, vol. XXIV, dezembro de 1977, p. 222-227, WHEELER,

Na realidade, os diplomatas do *Quai d'Orsay* (como é conhecido o Ministério das Relações Exteriores da França) e os adidos militares franceses trabalhando para o serviço de inteligência da Marinha, em Lisboa, relatavam constantemente a seus superiores, entre 1942 e 1948, uma rivalidade crescente e árdua entre Londres e Washington pela supremacia política, militar, cultural e econômica em Portugal, sem mencionar as tentativas de instrumentalização de Brasil e Espanha nessa contenda<sup>7</sup>.

Como relatou o adido naval francês quando se instalou na capital portuguesa em janeiro de 1942, acostumada há séculos a ter Lisboa na sua "órbita", Londres tinha muita dificuldade em aceitar o estabelecimento de Washington na sua zona de influência<sup>8</sup>.

---

Douglas L. "The Azores and the United States (1787-1987): Two Hundred Years of Shared History", In: *Boletim do Instituto Historico da Ilha Terceira*, Vol. XLV, Tomo I, Angra do Heroismo, 1988, p 55-71, SWEENEY, Jerry K. "The Unwanted Alliance: Portugal and the United States", In: BILLS, Scott L; SMITH, E. Timothy. *The romance of history: essays in honor of Lawrence S. Kaplan*. Kent, The Kent State UP, 1997, p. 214-227, GROVE, Eric. "The Azores and British Naval Strategy", In: *Actas do V Coloquio Internacional de Historia das Ilhas do Atlântico*, Angra do Heroismo, 2000, p. 161-170, HERZ, Norman. *Operation Alacrity. The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis, Naval Institute Press, 2004, 368 p., CONVERSE III, Elliot V. *Circling the Earth. United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948*. Maxwell Air Force Base, Alabama, Air UP, 2005, 234 p. RODRIGUES, Luis Nuno. "Crossroads of the Atlantic: Portugal, the Azores and the Atlantic Community (1943-57)", In: AUBOURG, Valérie; BOSSUAT, Gérard; SCOTT-SMITH, Gilles. *European Community, Atlantic Community?*. Paris, Edições Soleb, 2008, p. 456-467.

<sup>7</sup> Mesmo se diversos estudos sobre o papel do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial existem, quase nenhum analisa com profundidade a relação do país com os portugueses e as parcerias com Washington nesse dossiê. Para as obras publicadas e que tangenciam o tema, faz-se importante mencionar: MCCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton, NJ, 1973, 527 p. HILTON, Stanley E. *O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 203 p. HUMPHREYS, R. A. *Latin America in the Second World War*. Vol. II, Londres, 1982, p. 59-85. SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*. São Paulo, Fundação Nacional pro Memória, 1985, 488 p. MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e apos a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1991, 116 p. CERVO, Amado Luiz. *A Parceria Inconclusa. As relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

<sup>8</sup> Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Série 2 BB7 Li 3 – 1939/1947. Relatório de atividade n. 02 de 27 de janeiro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado francês, Marinha.

Nesse contexto, ainda segundo os franceses, a relação de força entre essas duas potências teria sido tão áspera a ponto de se tornar força incontornável nas relações de cada um desses atores com o governo português<sup>9</sup>. Considerando essas novas hipóteses, um reexame da literatura existente apresenta-se como primeiro passo necessário na tentativa de propor narrativas alternativas.

---

<sup>9</sup> Como dito, as referências francesas às disputas anglo-americanas em Portugal foram constantes entre 1942 e 1948, sendo mesmo tomadas como um dos pilares da relação de Lisboa com o restante do ocidente. Os documentos chave ilustrando esses relatos nos arquivos franceses são os seguintes: Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger, vol 1288. Carta n. 24, de 07 de julho de 1943, de M. Charles Clarac, secretário da embaixada, chefe da missão francesa em Portugal à M. Massigli, embaixador de França, comissário de negócios estrangeiros em Alger. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger, volume 1289. Carta 4082/RG, de 24 de março de 1944, do comandante chefe do C.F.L.N. em Alger ao comissário de negócios estrangeiros. Série Guerre 1939-1945 – Vichy, sous-série Europe, vol. 651. Carta n. 141, de 25 de abril de 1944, do ministro da França em Lisboa ao ministério dos negócios estrangeiros. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 22. Carta no S/II de 28 de fevereiro de 1945, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal, à Georges Bidault, ministro dos negócios estrangeiros. Carta no 250, de 6 de dezembro de 1945, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal, à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 26. Carta no 68/EU, de 27 de março de 1946, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 21. Carta no 86/CM, de 3 de junho de 1946, de M. R. de Nerciat, encarregado dos negócios da França a.i. em Portugal à Georges Bidault. Carta no 173/EU, de 13 de agosto de 1946, de Jean Du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 26. Carta no 272/EU, de 12 de março de 1947, de M. de Nerciat, encarregado dos negócios da França a.i. em Portugal à Georges Bidault. Série Europe 1944-1949 - Portugal, vol. 25. Carta no 134/EU, de 16 de fevereiro de 1948, de Jean du Sault, ministro da França em Portugal à Georges Bidault. Carta no 1423/EU, de 25 de junho de 1948, de Henri Bonnet, embaixador da França nos Estados-Unidos, à Georges Bidault. Em relação aos arquivos militares, consultar: Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Série 2 BB7 Li 3 – 1939/1947. Relatório de atividade n. 02, de 27 de janeiro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Relatório de atividade n. 14, de 11 de julho de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Relatório de atividade no 19, de 15 de setembro de 1942, da legação da França em Portugal ao Almirantado Francês, Marinha. Série 2 BB7 Li 4. 1939/1947. Note 229/M de 27 de novembro de 1944, do chefe de Serviço ao Comissariado da Marinha, Charles Brun, ao D.T.S.S. – Marinha (R2B), Ministério da Marinha, E.M.G. 2<sup>ème</sup> Bureau.

Em Portugal, os primeiros trabalhos completos sobre a história do país durante a Segunda Guerra, como os do historiador Antonio Telo sobre o percurso político-militar português durante o conflito (TELO, 1987; TELO, 1990-1991) e sobre a importância estratégica do arquipélago dos Açores (TELO, 1993), apresentam as vantagens e as desvantagens do desenvolvimento de projetos de pesquisa nos anos que se seguiram à Revolução dos Cravos e ao reestabelecimento de um Estado Democrático de Direito no país.

Primeiramente, faz-se necessário destacar os resultados de tais empreitadas, pois procuraram respeitar os mais rigorosos métodos científicos da História. Nesse espírito, Telo consultou uma série de arquivos americanos e britânicos, além dos portugueses, e analisou-os de uma maneira praticamente inédita até então<sup>10</sup>. Ademais, como o próprio historiador ressalta na Introdução de sua obra de 1987 sobre os primeiros momentos da Segunda Guerra, Telo esforçou-se para não seguir os esquemas inteiramente ideológicos das monografias existentes e para abandonar “a historiografia oficial do Estado Novo”. Finalmente, teve o cuidado de não seguir inconscientemente a literatura que, apesar de buscar combater aquela oriunda do regime autoritário, apresentava seus mesmos problemas (TELO, 1987, p. 5-7).

De fato, ainda que novas pesquisas tenham ganhado vida nas quase três décadas que seguiram o *Portugal na Segunda Guerra*, de Telo, as polêmicas prosseguem na produção historiográfica portuguesa<sup>11</sup>, fenômeno igualmente presente na vizinha Espanha e também ligado à

---

<sup>10</sup> Vários trabalhos anteriores foram publicados por colaboradores ou simpatizantes do regime de Salazar trazendo, em diversas ocasiões, narrativas apologéticas dos atos do ditador. Como exemplos: CASTRO, Augusto de. *Subsídios para a História da Política Externa Portuguesa Durante a Guerra*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1954, 149 p. MOREIRA, Adriano. “Neutralidade colaborante”, In: *Comunidades Portuguesas*, vol. 6-8, ano II, abril-outubro de 1967, p. 6-19. NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. Vol. III (*As Grandes Crises, 1936-1945*). Porto, Civilização, 1978, 590 p. NOGUEIRA, Franco. *Salazar*. Vol. IV (*O Ataque, 1945-1958*). Porto, Civilização, 1980.

<sup>11</sup> Sobre tais embates, consultar, por exemplo, as repercussões em torno da publicação, em 2009, da obra *História de Portugal* (Lisboa, A Esfera dos Livros, 976 p.), dirigida por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (ALMEIDA, São José. “A História de Rui Ramos desculpa o Estado Novo?”, In: *Público*, caderno P2, Temas, 31/05/10 e OLIVEIRA, Pedro Aires. “The Contemporary Era”, in e-JPH, 2010, vol.8, no.2, p.46-51), e o relatório crítico sobre a obra de 2008 de Manuel Loff (“*O nosso século é fascista!*”. *O mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*). Porto, Campo das Letras, 2008, 954 p.) em REIS, Bruno Cardoso. “Salazar, Franco e a efêmera nova ordem internacional nazi-fascista”, In: *Relações Internacionais*, Lisboa, vol. 27, setembro de 2010, p. 129-138.



sombra do antigo regime autoritário<sup>12</sup>. A publicação, somente em 2009, da primeira biografia de Salazar por um acadêmico no pós-Estado Novo, por exemplo (MENESES, 2009), ilustra bem o longo caminho que ainda precisa ser percorrido.

A despeito da seriedade de seu trabalho e diante dos já mencionados relatos presentes nos arquivos franceses, não consultados por Telo, algumas lacunas persistem no conjunto de sua obra. Antes, porém, de avançar sobre tais críticas, é preciso lembrar das ressalvas adiantadas pelo próprio Telo quanto ao acesso parcial que teve aos arquivos portugueses e à consequente impossibilidade de realizar um trabalho englobando uma maior complexidade de perspectivas. A seguir, é igualmente necessário considerar as dificuldades inerentes à escritura vanguardista de uma história que, até então, não encontrava pares para o diálogo, componente essencial do trabalho acadêmico.

A mentalidade “corporativa e limitada”, como o historiador mesmo definiu dominando Portugal até os anos 1980 e sendo ainda influente durante os anos 1990 (TELO, 1987, p. 5), impediu o acesso integral às fontes portuguesas durante demasiado tempo e mesmo sob o regime democrático. Um exemplo claro diz respeito aos arquivos de Salazar, cuja análise encontra-se ausente no livro de Telo de 1987, mas também em outras obras importantes como *Portugal entre a Paz e a Guerra*, de Fernando Rosas, publicada em 1990 (Lisboa, Editorial Estampa, 484 p.) e *Portugal e o Plano Marshall*, de Fernanda Rollo, publicado em 1994 (Lisboa, Editorial Estampa, 355 p.).

Sem surpresa, tais entraves impactam o balanço que se pode fazer da produção sobre as relações exteriores do Estado Novo português realizada até finais do século XX<sup>13</sup>. Ainda hoje, devido a diversas limitações, por exemplo, de recursos financeiros e humanos, a consulta de fundos como os arquivos produzidos pela embaixada de Portugal na Grã-Bretanha ou no Brasil, correspondentes ao período considerado neste artigo, encontra-se dificultada pela falta de inventários para esses documentos junto ao Arquivo Histórico-Diplomático de Portugal.

---

<sup>12</sup> Sobre os embates espanhóis, consultar, por exemplo, a recente polémica em torno da publicação do *Diccionario Biografico Español* (MADRI, 2011) editado pela Real Academia de la Historia española, em MARCOS, J.M; CORROTO, P; JAEN, B. Garcia. “Los historiadores se alarman ante la hagiografía de Franco”, In: *Publico*, 30/05/11.

<sup>13</sup> Telo destaca as várias desculpas (“mas nenhuma válida”, diz ele) para impedir o acesso dos pesquisadores a diversos fundos de arquivos portugueses, sobretudo o de Salazar: “ainda não foram classificados; ninguém sabe onde estão; é preciso autorização especial para consulta (passados que são mais de 40 anos!!); não é permitida a consulta; não há arquivo histórico; os documentos foram retirados por mão desconhecida” (TELO, 1987, p. 6).

Apesar de tais restrições, juntamente com Fernando Rosas, José Medeiros Ferreira e Nuno Severiano Teixeira, dentre outros<sup>14</sup>, difícil negar que Antonio Telo acabou estabelecendo as bases de uma nova era para a história de Portugal. Entretanto, como ele próprio ressaltou, seus livros “não [eram], nem [tinham] a intenção de ser, as obras definitivas sobre o período” (TELO, 1987, p. 7).

Mesmo com as ressalvas e licenças dessa primeira geração de historiadores do novo regime democrático, os parâmetros de interpretação que estabeleceram têm sido raramente aprofundados ou contestados nos trabalhos realizados nas últimas duas décadas. Se agruparmos, por exemplo, as obras que consideram os aspectos estratégico-militares, ideológicos ou socioeconômicos que atravessam ou desconsideram fronteiras e inserem Portugal no espaço atlântico e global ao longo dos anos 1940, a historiografia recente, por não multiplicar o cruzamento de fontes, ainda tem dificuldade em responder às questões que o referido exame de fontes francesas levantou.

Na verdade, a ausência de diálogo com uma cada vez mais vasta historiografia sobre a Guerra Fria, sobre as mudanças do Sistema de Segurança Nacional nos Estados Unidos, sobre a integração europeia ou sobre o engajamento brasileiro na guerra, que afetaram diretamente Portugal à época, aliada a uma utilização limitada das fontes portuguesas e a uma carência de simultâneo cruzamento de arquivos dos Estados Unidos, da Espanha, da Grã-Bretanha e do Brasil podem igualmente explicar as lacunas que ainda persistem.

Para uma nação projetada no mundo atlântico, índico e pacífico como foi Portugal até o século XX, a reconstituição dos laços das relações internacionais e transnacionais nos quais os portugueses encontravam-se não pode ser feita sem considerar uma multiplicidade de fontes. Na insuficiência desse cuidado, continuará difícil medir, de maneira consequente, por exemplo, o peso do poder britânico e americano nos ombros do líder português no momento em que as

---

<sup>14</sup> Consultar, por exemplo: TEIXEIRA, Nuno Severiano. “Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico”, In: *Análise Social*, Lisboa, 4ª série, volume XXVIII, n. 120, 1993-1, p. 55-80. ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa, Fragmentos, 1988, 147 p. FERREIRA, José Medeiros. “Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU”, In: *Política Internacional*, Lisboa, vol. 1, n. 6, primavera de 1993, p. 113-156.

Nações Unidas começaram a ganhar a guerra, assim como a capacidade de reação de Lisboa e a extensão da repercussão das ambições de vizinhos do Atlântico sobre territórios estratégicos como aqueles do espaço insular.

### **As lacunas das interrogações**

De fato, uma das perguntas que ainda merecem ser feitas em relação aos Açores faz referência à extensão da capacidade dos países interessados por esse território de conduzir ou influenciar o jogo de forças em Lisboa. Antes de se lançar nessa missão, a primeira precaução que o historiador deve tomar é a de não considerar a ascensão ou o declínio do poder das nações envolvidas como fatos dados ou presumidos. Particularmente em relação aos Estados Unidos, não é difícil encontrar, por exemplo, narrativas que os apresentem como os naturais ou óbvios herdeiros do antigo controle britânico do espaço atlântico na segunda metade dos anos 1940 e, para a reflexão aqui avançada, a evidente potência a instalar permanentemente bases em territórios insulares do oceano. Portugal, nesse suposto contexto e apesar de lançar algumas rugas para atrapalhar esse processo, seria mais um exemplo a confirmar a regra de inclinação das demais potências diante dos interesses de Washington.

Entretanto, como lembra o historiador Matthew Connelly, o que alguns historiadores da história das relações internacionais envolvendo os Estados Unidos consideram como "axiomático – o poder excepcional da América – apresenta-se, na verdade, cada vez mais como uma presunção, uma hipótese que a metodologia deles é incapaz de testar". Os historiadores somente conseguirão entender a extensão do poder ou o que ele realmente representa, conclui Connelly, quando conseguirem determinar "o que o poder consegue realizar caso a caso" (CONNELLY, 2002, p. 8).

Ao tomar mais essa consideração em conta, parece possível avançar a pergunta que deixou de ser feita durante as décadas em que a tensão nuclear parecia paralisar o mundo sob as mãos de Washington e Moscou: um teste de potência levando em conta as negociações sobre o controle do espaço atlântico na saída da Segunda Guerra pode resultar em novas narrativas sobre conflitos de interesses e sobre as relações transatlânticas?

Essa seria, contudo, apenas a primeira de uma série de novas interrogações necessárias a fim de decifrar os enigmas presentes nos truncados relatos franceses, acima mencionados. Por que, por exemplo, os americanos conseguiram obter somente em 1948 um acordo permanente cobijado (e esperado) militarmente e economicamente desde 1942? Como explicar, ademais, os relatos dos franceses em Lisboa se o declínio britânico teria sido evidente, se “não há qualquer conflito de interesses” entre Washington e Londres em relação a Portugal, como afirma Antonio Telo, e se a “relação especial” dava o tom das tratativas?<sup>15</sup> Qual teria sido, também, o papel de nações como o Brasil e a Espanha, intimamente ligadas à política estrangeira portuguesa na época e igualmente interessadas no espaço atlântico e nas relações transatlânticas desenhando-se para o pós-guerra?<sup>16</sup> Finalmente, se o jogo nos bastidores foi tão forte como novas evidências indicam, qual teria sido a real dimensão do espaço de autonomia de decisão do regime autoritário português na conduta de sua política interna e externa?

A obra de Roland Vintras, *The Portuguese Connection*, publicada em 1974, permanece uma das mais citadas nos trabalhos dos historiadores sobre o caso das bases nos Açores, servindo como interessante ponto de partida na tentativa de responder às interrogações acima expostas.

---

<sup>15</sup> Essa análise fez referência ao ano de 1945. Entretanto, em nenhum trecho de sua obra aparecem as hostilidades anglo-americanas como as ressaltadas pelos franceses. Telo explicou o atraso dos aliados na obtenção de uma base nos Açores (os britânicos, em finais de 1943, e os americanos, em finais de 1944) por diferenças profundas de entendimento entre diplomatas do *Foreign Office* e militares em *Whitehall* (TELO, 1991, p. 138-144 e 219).

<sup>16</sup> Além dos próprios franceses, diversas missões diplomáticas em Lisboa indicaram o importante valor de Madri e do Rio de Janeiro para os portugueses. O *Foreign Office* chegou mesmo a declarar que a política estrangeira de Portugal baseava-se de maneira equilibrada em três eixos: o britânico, o brasileiro e o espanhol (Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/31114. *Handbook paper 'Portuguese Foreign Policy'* de 3 de junho de 1942). Sobre os interesses brasileiros, ver ROCHA, Alexandre L. Moreli. “An American Mission: the Appointment of João Neves da Fontoura as new Brazilian Ambassador to Portugal in 1943”, In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 11, n. 3, p. 264-277, 2013. Sobre os interesses espanhóis, ver: BUCHANAN, Andrew N. “Washington’s ‘silent ally’ in World War II? United States policy towards Spain, 1939-1945”, In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 7, n. 2, p. 93-117, 2009.

*Wing Commander* das forças britânicas durante a guerra, Vintras participou ativamente das negociações secretas entre Londres e Lisboa sobre as questões de segurança do território português entre 1940 e 1943. Sua obra se apresenta como uma combinação entre uma autobiografia e um testemunho, o que o próprio autor não nega (VINTRAS, 1974, p. 15). Apesar de trazer um relato anedótico interessante sobre os bastidores das negociações, o texto avança muito pouco nas explicações sobre os verdadeiros desafios diplomáticos, militares e mesmo econômicos em jogo. Presumindo a total cooperação portuguesa<sup>17</sup> e afastando as disputas com os Estados Unidos, não explora os eventos do final de 1942 e início de 1943 (quando começou a corrida para as bases nas ilhas portuguesas) que foram determinantes para o desenrolar das tensões até 1948 (VINTRAS, 1974, p. 42, 89-92).

A crítica áspera de Vintras às iniciativas de Roosevelt para colocar um pé nos Açores, sobretudo o pedido de apoio ao ditador brasileiro Getúlio Vargas em janeiro de 1943, não ultrapassa duas ou três linhas enquanto historiadores como Frank McCann sublinharam que, na realidade, tratava-se de um momento decisivo nas relações americano-brasileiras<sup>18</sup>. Vintras também não considerou o momento de apogeu das fricções entre americanos e britânicos durante a guerra que, apesar de dissimuladas, foram intensas exatamente entre finais de 1942 e início de 1943, como aponta o historiador Mark Stoler (2000, p. 146-164). Em relação aos Açores, o militar reformado britânico deixou de considerar uma das mais notórias manifestações da mencionada rivalidade: a reunião bilateral de maio de 1943, em Washington, quando Londres mostra que “ainda tem garras” (VINTRAS, 1974, p. 42-47; TELO, 1993, 382-393). Na realidade, apesar da importância que lhe foi dada pela historiografia, a narrativa de Vintras apresenta-se como mais um relato testemunhal entre inúmeros outros, devendo ser considerado pelos historiadores como tal<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> O autor chega mesmo a afirmar que os portugueses declararam-se prontos para combater a Alemanha assim que a ordem chegasse de Londres, relato que dificilmente encontra respaldo na literatura existente (VINTRAS, 1974, p. 31).

<sup>18</sup> Antonio Telo comenta igualmente esse episódio não o considerando, entretanto, como central. O historiador português considera, na verdade, que Roosevelt pensava ser “inconcebível” a utilização de tropas brasileiras na instalação de bases nos Açores (TELO, 1990, p. 143. MCCANN, 1973, p. 351).

<sup>19</sup> Um outro testemunho de um britânico implicado diretamente no caso dos Açores foi publicado, em 1991, por Frank Roberts, antigo responsável pelos assuntos portugueses no *Foreign Office*. De maneira muito breve, segue a mesma perspectiva

O exame da historiografia espanhola, uma das poucas a tratar do assunto para além da portuguesa em razão, sobretudo, do domínio sobre o também atlântico arquipélago das Canárias, dá margem a um resultado similar ao encontrado na obra de Vintras. Nela também se identifica uma cooperação anglo-americana praticamente total em relação ao espaço insular atlântico.

Partindo da operação *Torch* e da interrogação sobre como o mundo ibérico entraria nos projetos estratégicos de Londres e Washington para a guerra e para o pós-guerra, o historiador Antonio Marquina Barrio considerou como central a suposta “relação especial” entre essas capitais (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 85). Ademais, assim como seus colegas portugueses, o espanhol fez da conferência de Washington de maio de 1943 o ponto de partida do interesse e das negociações para obter facilidades militares nos Açores. Sobre as relações anglo-americanas, ressaltou somente que os britânicos teriam considerado a política americana vis-à-vis de Portugal como ingênua e inepta por ser proveniente de uma nação que, na realidade, não conhecia o terreno onde entrava. Caberia, assim, a Londres, defender os interesses dos Estados Unidos, mas sempre liderando o processo (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 95).

Já seu colega Victor Morales Lezcano, em uma obra fundadora para a historiografia espanhola sobre a Segunda Guerra Mundial, publicada em 1980, apontou – ainda que discretamente – algumas tensões existentes dentro do pilar ocidental das Nações Unidas. Segundo Lezcano, “o imperialismo britânico resistiu a fazer concessões que poderiam ameaçar suas expectativas hegemônicas nos anos de pós-guerra” (MORALES LEZCANO, 1980, p. 165). Infelizmente, o historiador espanhol deixa de explorar essas contradições para com os interesses cruzando-se em terreno português.

---

de seu colega Vintras, apesar de evocar uma certa incompreensão frente às reticências do exército americano em seu trato com Salazar (ROBERTS, 1991, p. 67). Vale observar que, em 1968, o mesmo Frank Roberts confessara que os Estados- Unidos haviam sido, desde o começo, “positivamente hostis” (*positively hostile*) às negociações luso-britânicas sobre as bases nos Açores (The Churchill Archives Centre. Churchill College. Cambridge. Frank Roberts Papers. ROBT/2. Minuta do relatório crítico a ser publicado no *Der Spiegel* de 9 de Setembro de 1968).

Partindo da operação *Torch* e da interrogação sobre como o mundo ibérico entraria nos projetos estratégicos de Londres e Washington para a guerra e para o pós-guerra, o historiador Antonio Marquina Barrio considerou como central a suposta “relação especial” entre essas capitais (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 85). Ademais, assim como seus colegas portugueses, o espanhol fez da conferência de Washington de maio de 1943 o ponto de partida do interesse e das negociações para obter facilidades militares nos Açores. Sobre as relações anglo-americanas, ressaltou somente que os britânicos teriam considerado a política americana vis-à-vis de Portugal como ingênua e inepta por ser proveniente de uma nação que, na realidade, não conhecia o terreno onde entrava. Caberia, assim, a Londres, defender os interesses dos Estados Unidos, mas sempre liderando o processo (MARQUINA BARRIO, 1986, p. 95).

Já seu colega Victor Morales Lezcano, em uma obra fundadora para a historiografia espanhola sobre a Segunda Guerra Mundial, publicada em 1980, apontou – ainda que discretamente – algumas tensões existentes dentro do pilar ocidental das Nações Unidas. Segundo Lezcano, “o imperialismo britânico resistiu a fazer concessões que poderiam ameaçar suas expectativas hegemônicas nos anos de pós-guerra” (MORALES LEZCANO, 1980, p. 165). Infelizmente, o historiador espanhol deixa de explorar essas contradições para com os interesses cruzando-se em terreno português.

Retomando a literatura lusófona para o exame das publicações mais recentes, faz-se importante mencionar, primeiramente, o conjunto de artigos que José Medeiros Ferreira lançou ao longo dos anos 1980 sobre o assunto. Nesses textos, ele acaba afirmando que, de maneira geral, havia um interesse estratégico em obter bases nas ilhas atlânticas a fim de viabilizar projeção de força no longo prazo, mas que uma decisão “dos aliados” nesse sentido somente foi tomada quando percebeu-se que os alemães não mais poderiam invadir a Península Ibérica, ou seja, em meados de 1943.

Ao considerar tais interesses como dos “aliados”, mas também ao desconsiderar o emprego dos porta-aviões de forma mais intensa na caça aos submarinos do Eixo logo na sequência de *Torch*, e sem nem mesmo levar em conta a agenda brasileira de preparação para o emprego de uma força expedicionária ou as rusgas anglo-americanas, Ferreira acaba não identificando o início do processo de

tomada de decisão sobre as ilhas nas diferentes capitais envolvidas já em 1942, e com consequências para toda a década de 1940 no espaço atlântico (FERREIRA, 1980, p. 117; FERREIRA, 1988, 82-83).

Outra obra digna de menção é a de José Freire Antunes que, em 1995, publicou *Roosevelt, Churchill e Salazar: A Luta pelos Açores 1941-1945* (Difusão Cultural, 163 p.). Tendo que enfrentar, entretanto, os mesmos percalços que António Telo diante do acesso limitado aos arquivos portugueses, acabou utilizando essencialmente as fontes do *Foreign Office* e do arquivo presidencial Franklin Roosevelt. Diante desse *corpus* documental, Antunes acabou identificando de forma pertinente a transição do posto de potência hegemônica em Portugal entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos sem, entretanto, propor uma narrativa alternativa à existente de uma passagem tranquila de poder entre as duas nações. Apesar de apontar para um esgotamento de forças do lado britânico, Antunes não mencionou rivalidades, nem o jogo nos bastidores que os arquivos franceses acabariam revelando. Apesar do mérito de reconhecer algumas discordâncias políticas presentes nas dinâmicas da aliança anglo-americana sobre o dossiê das ilhas no final do ano de 1943 (abordadas rapidamente, mas equivocadamente esquecidas quando passou ao trato das negociações em 1944), deixou de analisar em detalhes os debates dentro das administrações aliadas, o que poderia revelar, de forma mais clara, a dimensão das discórdias. Antunes deixou de lado, por exemplo, as razões pelas quais o *Foreign Secretary*, Anthony Eden, e a sua equipe lutaram contra as promessas feitas por Churchill a Roosevelt sobre a cooperação britânica em relação aos interesses americanos no Atlântico (ANTUNES, 1995, p. 98-111). Também, não considerou o papel muito marginal dedicado ao *State Department* americano, diante do protagonismo e da rivalidade interna com a Casa Branca, e as decorrentes dificuldades da administração americana em defender os interesses do país sobre os mares e em Portugal.

Ademais, ao propor o corte cronológico final de sua reflexão para 1945, escapou a Antunes a possibilidade de analisar a continuidade dos esforços americanos para estabelecer e consolidar sua influência política e militar em Lisboa, que tem como marco incontornável 1948. Finalmente, o autor acaba subestimando a presença do Brasil na rede das relações transatlânticas ao concluir que a capacidade de influência de Getúlio Vargas sobre Salazar seria mais uma "especulação voluntarista" de Roosevelt, e não algo "fundamentado" (ANTUNES, 1995, p. 94). Sem mencionar o peso



da comunidade portuguesa instalada no Brasil, nem o das importantes remessas financeiras para a balança de pagamento de Portugal, Antunes esqueceu igualmente a “procura por poder” da nação sul-americana e a disposição de o Rio de Janeiro de correr certos riscos para aproveitar as oportunidades que surgissem no caminho do engajamento na guerra (ROLLAND, 1999, p. 277).

Ainda que os debates historiográficos sobre o assunto tenham sido mais intensos entre o fim dos anos 1980 e o fim dos anos 1990, as publicações em Portugal nos últimos quinze anos são prova do interesse que ainda existe sobre essas ilhas atlânticas e sobre como elas projetam Portugal no mundo<sup>20</sup>. Apesar de renovada qualidade nos trabalhos, o hiato das interrogações (e das respostas), entretanto, continua.

Apesar de uma síntese exaustiva dos trabalhos sobre a política estrangeira de Portugal durante a Segunda Guerra Mundial e de uma reflexão profunda sobre a política portuguesa, um artigo de Fernando Rosas sobre o tema, publicado em 2002, não menciona as contradições presentes nos arquivos franceses e conduz os leitores a se interrogarem com ainda mais intensidade quanto à capacidade de manobra de Salazar diante dos pedidos urgentes dos anglo-americanos sobre as ilhas atlânticas. O papel de brasileiros e espanhóis, ademais, continua de fora das análises (ROSAS, 2002, p. 268-282).

Em 2005, em uma obra intitulada *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, que retomou dois artigos publicados no ano anterior e levou mais adiante o debate em diversos sentidos (RODRIGUES, 2005, 2004a, 2004b), o historiador Luis Nuno Rodrigues voltou às negociações em torno da cessão das bases nos Açores. Utilizando, segundo o próprio autor, “as pesquisas mais

---

<sup>20</sup> Ademais, é preciso destacar uma vez mais a recente publicação da primeira biografia política de Salazar feita por um acadêmico, o historiador Filipe Ribeiro de Meneses, apesar de a obra não tratar diretamente e exclusivamente dos Açores. Enquanto Meneses ressalta genericamente que « os britânicos e os americanos, de uma certa maneira, tornaram-se rivais pelo direito de estabelecer bases nos Açores », ele põe em perspectiva a discordância entre os dois aliados e insiste na interpretação segundo a qual Washington tinha decidido se afastar da administração do dossiê a fim de não atrapalhar as negociações luso-britânicas. Mais adiante em sua obra, conclui que, frente ao sucesso britânico em conseguir acesso em agosto de 1943, só então os americanos pediram, e sem muitas dificuldades, direitos equivalentes. Mesmo se essa leitura está somente parcialmente equivocada, ela não valoriza as vivas discussões existentes nos bastidores e esquece por completo as demandas americanas do início de 1943, do papel do Brasil e de como os britânicos buscaram sabotar, durante anos, os interesses americanos (MENESES, 2009, p. 300 e seguintes).

recentes sobre o assunto”, Rodrigues seguiu, entretanto, o mesmo caminho trilhado até então pela historiografia, dando prioridade à análise das perspectivas e dos arquivos portugueses quanto às dinâmicas anglo-americanas.

Sem levar em consideração os arquivos americanos (com exceção dos publicados na série *Foreign Relations of the United States*) ou os britânicos, e sem examinar fontes francesas, brasileiras e espanholas, a obra não consegue responder às interrogações aqui consideradas. Enquanto o historiador percebe que a aproximação entre Salazar e os americanos enfrentou importantes dificuldades, ele as explica sobretudo através das reticências, dos preconceitos e da desconfiança do Salazar vis-à-vis Washington (às vezes, vice-versa). Rodrigues aponta igualmente as repercussões das rivalidades anglo-americanas sobre a questão sem, entretanto, dedicar muito espaço à sua análise.

Em relação ao fim do ano de 1943, por exemplo, o historiador ressaltou que os Estados Unidos teriam decidido não mais ter os britânicos como intermediários nas negociações com Lisboa. Entretanto, diagnosticou a iniciativa americana de maneira incompleta e deslocada no tempo, explicando-a somente como “uma clara indicação do novo papel hegemônico que os Estados Unidos preparavam-se a assumir no Ocidente” em oposição ao “gradual afastamento” da Inglaterra desse mesmo papel (RODRIGUES, 2005, p. 49-66). Finalmente, ao afirmar que uma contestação a essa mudança teria vindo somente dos portugueses, presume uma anuência, ainda que tácita, por parte dos britânicos. Retoma, dessa forma, a interpretação formulada ao longo dos anos 1980 e 1990, ilustrada pelo seguinte trecho da obra coletiva organizada por Rogério de Carvalho à época: “...a Inglaterra cede frente às ambições americanas e deixa o caminho livre, ela não se sente em condição de contrariar as pretensões americanas...” (CARVALHO, 1990, p. 408).

Enquanto Rodrigues priorizou as relações luso-americanas, em 2006, o historiador David Castaño, por sua vez, ofereceu uma reflexão sobre as relações luso-britânicas para o mesmo período em *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Quando, entretanto, evocou as questões relativas a Washington, Castaño retomou o argumento de seus predecessores afirmando existir uma entente geral anglo-americana nas políticas relativas à utilização dos Açores e da aproximação com Salazar (CASTAÑO, 2006, p. 22-27).

Finalmente, em 2011, ao publicar *Os Açores na política internacional*, José Medeiros Ferreira retomou a temática das relações transatlânticas durante os anos 1940 ao lembrar, de maneira pertinente, a necessidade de os historiadores darem mais atenção ao cruzamento de múltiplos interesses nos territórios insulares portugueses. Para além das agendas de Washington e Londres, Ferreira ressalta que devem ser consideradas diversas outras, como as de Berlim e Paris (FERREIRA, 2011, p. 10-11). Entretanto, ao fazer uma vez mais referência à obra e aos testemunhos do britânico Roland Vintras, e ao apenas reconhecer e brevemente mencionar a substituição de Londres por Washington em relação à hegemonia atlântica, Ferreira não identificou os debates conflituosos nos bastidores e a determinação de parte considerável da administração britânica para evitar ou controlar ao máximo uma aproximação luso-americana. Entre as páginas 62 e 63, o historiador resume bem as linhas gerais da interpretação ainda dominante sobre os fatos verificados no início das negociações, em Lisboa, para a instalação dos aeródromos nos Açores:

... os Aliados não queriam arriscar a quebra de neutralidade da Península Ibérica nem a invasão desta por tropas alemãs. Precisavam primeiro de ganhar a batalha do Norte da África. E, só depois desta, os Açores são encarados como possível ponto de articulação e de projecção de forças entre a América e a Europa. (...) A partir daí, a utilização dos Açores pelos Aliados não se deve fazer contra Lisboa. Daí as negociações diplomáticas de 1943. Dos estudos que efectuei posso concluir que os Aliados só se decidiram pela utilização dos Açores depois de terem a certeza de que os Alemães não tinham possibilidades de invadir a Península Ibérica. Por isso, só após a resolução vitoriosa da campanha no Norte de África se decidem a pedir facilidades nos Açores (FERREIRA, 2011, p. 62-63).

Sobre as relações anglo-americanas nesse contexto, Ferreira escreve somente ter acontecido uma “troca de posições sobre quem dominava este ponto do Atlântico”, sem nada mais acrescentar (FERREIRA, 2011, p. 60). Finalmente, raros foram os trabalhos a dialogar com uma literatura que, desde finais dos anos 1970 e aproveitando-se de uma inédita desclassificação de documentos, desafiaram a construção do mito da *special relationship* anglo-americana questionando os supostos fundamentos do corolário lançado por Winston Churchill entre 1948 e 1953 em seu *The Second World War* (Londres, Houghton Mifflin Company)<sup>21</sup>.

Diante de tal balanço historiográfico, quase todas as interrogações aqui avançadas permanecem sem resposta: Londres teria realmente aceitado seu declínio e a nova liderança americana sobre sua antiga zona de influência? Quando e como Washington aceitou sua nova posição no sistema atlântico e decidiu pelo abandono do isolacionismo? Se decididos a dominar o Atlântico, quais interesses militares, políticos e econômicos avançavam sobre Portugal e quais resistências enfrentaram? Quanto valia Portugal, seu império e o regime de Salazar para os olhos da administração Roosevelt e Truman? Qual a percepção do jogo de poder entre os diferentes atores envolvidos e suas capacidades de reação? Quais foram os atores nacionais mais importantes dentro dos sequentes processos de tomada de decisão?

---

<sup>21</sup> Cf. por exemplo: THORNE, Christopher. *Allies of a Kind. The United States, Britain, and the War Against Japan, 1941-1945*. Oxford: Oxford UP, 1978 e HATHAWAY, Robert M. *Ambiguous Partnership. Britain and America, 1944-1947*. New York: Columbia University Press, 1981. Ver também: REYNOLDS, David. *In Command of History: Churchill Fighting and Writing the Second World War*. New York: Basic Books, 2007.

<sup>22</sup> Os resultados finais e completos podem ser conhecidos em ROCHA, Alexandre L. Moreli. *Alliances équivoques et rivalités anglo-américaines au cœur de l'Atlantique. L'archipel des Açores entre Seconde Guerre mondiale et Guerre froide (1942-1948)*. 2012. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Institut Pierre Renouvin, Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2012.

## As lacunas das estratégias

As tentativas de responder a tais perguntas e de aprofundar as reflexões existentes, neste texto apenas esboçadas, exigiu a preparação de um *corpus* documental formado por uma multiplicidade de fontes preservadas por mais de quarenta e cinco instituições espalhadas por seis países diferentes<sup>22</sup>. Apesar de a literatura já ter identificado os acordos chave para a instalação de interesses britânicos e americanos no espaço atlântico entre a saída da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria (para os Açores: o acordo luso britânico de 1943, os acordos luso-britânico-americanos de 1944 e 1946 e o acordo luso-americano de 1948), eles ainda servem de importante guia e referência para determinar os momentos de real tensão e de transição de domínio da zona de influência portuguesa.

O breve trabalho de revisão desses acontecimentos, aqui proposto, baseou-se em uma análise diacrônica dos interesses cruzando-se no coração do oceano. Em primeiro lugar, foi necessário reconsiderar a neutralidade de Portugal frente à guerra e o papel do já mencionado triplo pilar (Grã-Bretanha, Espanha e Brasil) em sua política interna e externa com efeitos para muito além da diplomacia<sup>23</sup>. A seguir, examinou-se exaustivamente a extensão dos interesses americanos nas ilhas, bem como os laços entre Washington, Rio de Janeiro e Madri forjados a fim de criar canais de comunicação e influência em Lisboa. Finalmente, acabou-se por identificar uma real e conseqüente reação de significativa parcela da administração em Londres contra os avanços de Washington sobre o espaço atlântico ilustrado pelos territórios insulares portugueses.

---

<sup>23</sup> Para além das desconfianças frente à histórica rivalidade com o vizinho ibérico, para Portugal, o Brasil continuava representando uma fonte de renda importante com as transferências unilaterais, para além de os dois países dividirem uma elite intelectual e econômica importante e colaborarem em termos de repressão a movimentos progressistas. Os britânicos, por sua vez, além de uma longínqua relação (dita "a mais velha das alianças") e de ainda avizinharem os portugueses em presenças imperiais mundo afora, detinham diversos e importantes investimentos, como contratos de produção e de transmissão de eletricidade e uma dívida de guerra crescente para com Lisboa (GOMEZ, 2001, PAULO, 2000, STONE, 1974, STONE, 1994). Ver, também: Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/67864. Memorando de 24 de fevereiro de 1947, de Oliver Harvey ao *Western Department*. FO 371/67860. Carta n. 54, de 3 de março de 1947, de O'Malley ao *Foreign Office*. FO 371/67858. Carta n. 110, de 21 de maio de 1947, de Charles Stirling, conselheiro na Embaixada da Grã-Bretanha em Portugal, ao *Foreign Office*.

As diferentes percepções sobre o futuro do império britânico em *Whitehall* (centro da administração) fizeram com que militares, mas sobretudo os diplomatas e setores privados da atividade econômica, como o da aviação civil, discordassem e, muitas vezes, sabotassem os planos do *Cabinet* ou do *Treasury* de retirar a presença britânica do Atlântico norte e investir no Mediterrâneo e nas rotas para a Índia (LEWIS, 2008, p. 252-264)<sup>24</sup>. Finalmente, para evocar a *contrario sensu* uma analogia cara a Geir Lundestad, interesses estratégicos e comerciais americanos empurraram a Casa Branca a avançar sobre o Atlântico norte antes que o império fosse “convidado” a instalar-se definitivamente nesse espaço e na Europa (LUNDESTAD, 1984, p. 1-21).

Quando do exame da literatura existente e das diversas fontes, pode-se afirmar que o período compreendido entre o desencadeamento da operação *Torch*, em novembro de 1942, e a assinatura do primeiro acordo dos Açores, em agosto de 1943, marcou a introdução, em Portugal, do que o historiador britânico David Reynolds (1982) chamou de “cooperação competitiva” e não de uma *special relationship*. As terras lusitanas teriam sido, dessa forma, mais um palco em que as tensões no interior da aliança de guerra manifestaram-se duramente colocando em questão, em diversas ocasiões, a coesão das Nações Unidas.

O fato de Roosevelt ter solicitado ao ditador brasileiro Getúlio Vargas uma intervenção junto a Salazar em favor de uma ocupação dos arquipélagos atlânticos pelas tropas brasileiras significava muito mais do que uma preocupação com os U-Boats alemães entre 1942 e 1943. Ainda que as primeiras narrativas sobre a instalação de aeródromos nas ilhas portuguesas tenham se preocupado com esse aspecto estratégico, limitado à guerra, tratava-se de uma forma de contornar o monopólio britânico das conversas em Lisboa, de instrumentalizar interlocutores acreditados como de fácil trânsito perante a elite dirigente portuguesa e de eleger o Brasil como um dos xerifes regionais para o futuro sistema de segurança hemisférico.

---

<sup>24</sup> Ver, também: Arquivos Nacionais do Reino Unido. FO 371/60270. Carta de 10 de abril de 1946 do *Treasury* britânico a Oliver Harvey. FO 371/60271. Carta de 6 de maio de 1946, de Dalton ao *Foreign Office*.

Esse projeto, ainda hoje pouco considerado, provocou uma reação imediata e firme dos britânicos, que duraria anos. Enquanto Londres conseguiu paralisar as iniciativas brasileiras e americanas, já no início de 1943, prometendo defender os interesses americanos e dividir os frutos de uma negociação com Salazar, convenceu o dirigente português a assinar um acordo exclusivo de utilização das ilhas dos Açores, irritando profundamente Washington, marginalizando o Rio de Janeiro e iniciando uma batalha que duraria até 1948. Em questão também estava o controle das rotas aéreas transatlânticas, que submetia à potência hegemônica todos os interesses comerciais da aviação civil nesse espaço em tempos em que a linha Londres-Nova Iorque, por exemplo, já a mais lucrativa do mundo, tinha que ser feita por escalas. Ademais, seduzir e cativar a elite dirigente e a sociedade portuguesa à época significava afastá-las das propostas de modernidade do Eixo e construir pontes para uma maior presença econômica e cultural tanto na metrópole como nas colônias no futuro.

Assim, enquanto os britânicos conseguiram o direito exclusivo de instalar e controlar bases nos Açores em agosto de 1943, os americanos imediatamente lançaram negociações diretas com Lisboa para alcançar os mesmos privilégios sem, entretanto, conseguir livrar-se dos obstáculos colocados sistematicamente por Londres. As negociações somente teriam algum sucesso para Washington em finais de novembro de 1944 e deixariam ainda mais visíveis as profundas divergências anglo-americanas.

Até que as bombas atômicas, em 1945, precipitassem o final da guerra, aviões e embarcações de ambos aliados transitaram pelo Atlântico norte utilizando os territórios insulares como ponto de apoio em um cenário de ainda indefinição sobre o futuro desse espaço estratégico e sobre o destino do regime autoritário português. Apesar de importante ator quando do início das negociações em 1943, o Brasil acabou encontrando seu espaço na guerra e no pós-guerra em outros cenários ao enviar tropas para lutar na Itália e ao ganhar assento na Conferência de São Francisco, de 1945, de criação da ONU.

No novo contexto de paz, que passava a impor a saída definitiva de ambas as potências das ilhas portuguesas, a rivalidade permaneceu um componente primordial das relações entre anglo-americanos e portugueses. As agendas de interesses, entretanto, evoluíram. Primeiro, com os interesses da aviação civil diminuindo

em razão de novas tecnologias e da perspectiva, no curto prazo, de que os voos transatlânticos se fizessem sem escalas nas ilhas. Segundo, em razão das transformações no desenho da fronteira estratégica americana que, para manter protegido seu território contra as novas ameaças da aviação de guerra e da bomba atômica, teriam agora que ser projetadas para além de suas costas, tendo como pilar fundamental os Açores. Terceiro, em razão do desgaste econômico-financeiro que o império britânico conheceu durante o conflito e que tornava impeditivo, até para seus mais ferventes defensores em Londres, a manutenção de sua presença global e do controle do Atlântico.

Nesse novo contexto, reabriram-se negociações com Salazar já em 1946, com uma posição firme dos militares americanos. A consolidação de uma rede mundial de bases apresentava-se como a única resposta aos interesses da *United States Army Air Force* e à degradação progressiva das relações com a União Soviética (LEFFLER, PAINTER, 2005, p. 15-41). As últimas reticências britânicas ainda seriam conhecidas através da defesa do sistema da Organização das Nações Unidas, recentemente nascido, como ideal para administrar os mecanismos de proteção da paz, sobretudo os militares, como uma rede mundial de bases.

Entre o final de 1945 e o verão de 1946, enquanto as primeiras atividades da ONU e das conferências de paz desenrolavam-se, os treinamentos dos bombardeiros atômicos B-29 nos Açores iniciavam-se. Na realidade, vários meses antes dos episódios chave que marcam o início da Guerra Fria como o discurso de Churchill sobre a Cortina de Ferro, o pedido de revisão do estatuto dos estreitos turcos por Moscou ou o anúncio do Plano Marshall, o jogo de bastidores já revelava a mudança decidida pelo presidente Truman em relação às preocupações estratégicas dos Estados Unidos. Iniciava-se o que o historiador Melvyn Leffler chamou de procura do *Preponderance of Power* (LEFFLER, 1992).

Da nova rodada de negociações iniciada em Portugal, era necessário entender os mecanismos e analisar o sentido. Num mundo cuja governança futura ainda era incerta e onde os contornos da Guerra Fria ainda não estavam claros, faz-se indispensável analisar em detalhe as novas proposições americanas apresentadas a Salazar.



O aumento em importância da *US Army Air Force*, vivendo seus últimos meses de submissão institucional ao Exército americano antes de se tornar uma força independente, dava os contornos do projeto de base nos Açores em tempo de paz. Os britânicos, especialmente através da divisão do *Foreign Office* responsável pela Europa, o *Western Department*, conseguiram apenas adiar, sem impedir, o envio de uma missão especial e secreta dos Estados Unidos a Lisboa para negociar uma presença definitiva nas ilhas e impor-se no espaço atlântico.

Um acordo de longo prazo, entretanto, ficou adiado em razão da crise dos estreitos turcos com os russos. 1946 conheceria apenas um trato precário e discreto entre anglo-americanos e portugueses a fim de evitar maiores protestos sobre a criação de uma rede global de bases (na qual os Açores eram apenas uma entre dezenas de peças), enquanto Moscou protestava contra as restrições de acesso de sua Marinha ao Mediterrâneo.

Finalmente, o aumento de tensões no sistema internacional entre o final de 1946 e o início de 1947 (como, por exemplo, o fracasso do plano Baruch, os impasses em relação à Alemanha e a proclamação da Doutrina Truman) criou condições mais seguras para que os americanos voltassem à carga na construção de seu sistema global de bases, mas também para que o regime autoritário português entendesse que uma política atlantista seria a melhor garantia de sua própria sobrevivência e contra a progressão de tanques soviéticos em direção à Europa Ocidental. O declínio da potência britânica, clara nas restrições impostas pelo *Treasury* aos diplomatas e aos militares que ainda intencionavam oferecer a Salazar uma alternativa aos americanos, levou o português a procurar, em Washington, uma aliança até então inédita.

Nesse contexto, durante o segundo semestre de 1947, as negociações luso-americanas renovaram-se contando, então, com um claro e inédito incentivo de Londres. Muito antes da assinatura do Tratado do Atlântico Norte de 1949, os Estados Unidos já concretizavam sua estratégia de instalação e manutenção de bases em tempos de paz na Europa. Em fevereiro de 1948, acabou sendo assinado o acordo consolidando os objetivos de Washington e que até os dias atuais preserva suas forças nas ilhas atlânticas.

O estudo das relações diplomáticas, condicionadas pelos fatores geoestratégicos e econômicos, permitiu, portanto, identificar os elementos estruturantes das relações internacionais em questão e interrogar o alcance da tradicional e antiga aliança luso-britânica. As rivalidades puseram em jogo uma retórica de cooperação total entre Washington e Londres sobre o território português, revelando disputas nos bastidores impregnadas de altercações e, até mesmo, de certa violência e de um desprezo amargo. Esses eventos, entretanto, tiveram um impacto nas relações regionais e transatlânticas de outros atores, como o Brasil, aos quais foram oferecidas oportunidades de projeção de influência, improváveis em outros contextos históricos. Apesar de terem sido perdidas pelo Rio de Janeiro, essas ocasiões cruzaram-se tanto quanto as de Washington, Lisboa e Londres no meio do oceano, deixando rastros que agora podem ser melhor entendidos.

### **Fundos de arquivo consultados:**

Arquivo Histórico das Forças Armadas da França. Arquivo da Marinha. Deuxième Bureau (Service de renseignements).

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Londres-Alger.

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Guerre 1939-1945 – Vichy.

Arquivo Histórico Diplomático da França. Série Europe 1944-1949 – Portugal. Cambridge University. Churchill College. The Churchill Archives Centre. Frank Roberts Papers.

Arquivos Nacionais do Reino Unido. Prime Minister Papers.

Arquivos Nacionais do Reino Unido. Foreign Office.

Arquivos Nacionais dos Estados Unidos. Record Group 59 (State Department).

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, São José. "A História de Rui Ramos desculpabiliza o Estado Novo?", In: *Público*, caderno P2, Temas, 31 mai 2010.

ANDRADE, Luis Manuel Vieira. *Os Açores, a Segunda Guerra Mundial e a NATO*. Ponta Delgada: Impraçor S. A., 1992.

\_\_\_\_\_. "A importância geoestratégica dos Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, vol. XLV, Tomo I, 1988, p. 1389-1397.

ANTUNES, José Freire. *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores (1941-1945)*. Alfragide: Ediclube, 1995.

BARRIO, Antonio Marquina. *España en la politica de seguridad occidental, 1939-1986*. Madri: Servicio de Publicaciones del EME, 1986.

BESSA, Carlos. "La neutralité portugaise dans la Seconde Guerre Mondiale", In: ROULET, Louis-Edouard. *Les Etats Neutres Européens et la Seconde Guerre Mondiale*. Neuchâtel : Editions de la Braconnière, 1985, p. 135-153.

BUCHANAN, Andrew N. "Washington's 'silent ally' in World War II? United States policy towards Spain, 1939-1945", In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 7, n. 2, 2009, p. 93-117.

CASTAÑO, David. *Paternalismo e Cumplicidade: as relações luso-britânicas de 1943 a 1949*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Historico Diplomático, 2006.

CASTRO, Augusto de. *Subsidios para a Historia da Politica Externa Portuguesa Durante a Guerra*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1954.

CERVO, Amado Luiz. *A Parceria Inconclusa. As relações entre Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CONNELLY, Matthew. *A Diplomatic Revolution. Algeria's Fight for Independence and the Origins of the Post-Cold War Era*. New York: Oxford University Press, 2002.

CONVERSE III, Elliot. *Circling the Earth. United States Plans for a Postwar Overseas Military Base System, 1942-1948*. Alabama: Air University Press, 2005.

FERREIRA, José Medeiros. *Os Açores na política internacional*. Lisboa, Tinta da China: 2011.

\_\_\_\_\_. "Características históricas da política externa portuguesa entre 1890 e a entrada na ONU", In: *Politica Internacional*, v. 1, n. 6, 1993, p. 113-156.

\_\_\_\_\_. "Os Açores nas duas guerras mundiais", In: *Boletim do Instituto Historico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 45, n. 1, 1988, p. 73-90.

\_\_\_\_\_. "Reflexões sobre a Importância Estratégica das Ilhas Atlânticas", In: *Nação e Defesa*, Lisboa, n. 13, 1980, p. 117

GROVE, Eric. "The Azores and British Naval Strategy", In: *Actas do V Coloquio Internacional de Historia das Ilhas do Atlântico*, Angra do Heroismo, 2000, p. 161-170.

HATHAWAY, Robert. *Ambiguous Partnership. Britain and America, 1944-1947*. New York: Columbia University Press, 1981.

HERZ, Norman. *Operation Alacrity. The Azores and the War in the Atlantic*. Annapolis: Naval Institute Press, 2004.

HILTON, Stanley. *O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HUMPHREYS, Robert. *Latin America in the Second World War: Vol. II, 1942-1945*. Londres: Athlone Press, 1982, p. 59-85.

LÉONARD, Yves. *Salazarisme et Fascisme*. Paris: Chandeigne, 1995.

LEWIS, Julian. *Changing Direction. British Military Planning for Post-war Strategic Defence, 1942-1947*. New York: Routledge 2008.

LEZCANO, Victor Morales. "Azores, Canarias y Cabo Verde en la estrategia 'preventiva' de Gran Bretaña y los EE-UU (junio-1940-diciembre 1942)", In: *II Aula Canarias y el Noroeste de Africa*. Madrid: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1988, p. 469-474.

LUNDESTAD, Geir. "Empire by Invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952", In: *The Society for Historians of American Foreign Relations Newsletter*, n. 15, 1984, p. 1-21.

MARCOS, J; CORROTO, P; JAEN, B. "Los historiadores se alarman ante la hagiografia de Franco", In: *Publico*, 30 mai 2011.

MARQUINA BARRIO, Antonio. *España en la Política de Seguridad Occidental (1939-1986)*. Madri: Servicio de Publicaciones del EME, 1986.

MCCANN, Frank. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

LEFFLER, Melvyn. *A Preponderance of Power. National Security, the Truman Administration, and the Cold War*. Stanford: Stanford University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. "National security and US foreign policy", In: LEFFLER, Melvyn e PAINTER, David. *Origins of the Cold War. An International History*. 2a ed., Nova Iorque: Routledge, 2005, p. 15-42.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: A political Biography*. New York: Enigma Books, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; VASCONCELOS, Bernardo (Orgs.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

MORALES LEZCANO, Victor. *Historia de la No-Beligerancia Española durante la Segunda Guerra Mundial*. Gran Canaria: Ediciones del Cabildo Insular de Gran Canaria, 1980.

MOREIRA, Adriano. "Neutralidade colaborante", In: *Comunidades Portuguesas*, v. 6-8, n.2, 1967, p. 6-19.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões. Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

NOGUEIRA, Franco. *Salazar. Vol. IV: O Ataque, 1945-1958*. Porto: Civilização, 1980.

\_\_\_\_\_. *Salazar. Vol. III: As Grandes Crises, 1936-1945*. Porto: Civilização, 1978.

OLIVEIRA, Pedro Aires. "The Contemporary Era", In: *e-JPH*, v.8, n. 2, 2010, p.46-51.

PAJ.CM. Paulo Portas: Lajes is essential for Portugal and United States relations – Portugal. *Portuguese American Journal*, 3 dez 2011b. Disponível em: <<http://portuguese-american-journal.com/paulo-portas-lajes-are-essential-for-portugal-and-united-states-relations---portugal/>>. Acesso em: 29 jul 2015.

\_\_\_\_\_. Ray Mabus: United States presence at Lajes Air Base uncertain – Portugal. *Portuguese American Journal*, 16 nov 2011a. Disponível em: <<http://portuguese-american-journal.com/ray-mabus-united-states-presence-at-lajes-air-base-uncertain-portugal/>>. Acesso em: 29 jul 2015.

PAYNE, Stanley. *Franco y Hitler. España, Alemania, la Segunda Guerra Mundial y el Holocausto*. Madri: La esfera de los libros, 2008.

PETER, Felicitas von. "Apanhados de surpresa? A embaixada alemã e o acordo dos Açores", In: *Penelope*, n. 22, 2000, p. 35-51.

REDONDO, Juan Carlos Jiménez. *Franco e Salazar : as relações luso-espanholas durante a guerra fria Fria (1930-1955)*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

REYNOLDS, David. *In Command of History: Churchill Fighting and Writing the Second World War*. New York: Basic Books, 2007.

\_\_\_\_\_. *The Creation of the Anglo-American Alliance 1937-1941: A Study in Competitive Co-operation*. Chapel Hill: North Carolina University Press, 1982.

ROCHA, Alexandre L. Moreli. "An American Mission: the Appointment of João Neves da Fontoura as new Brazilian Ambassador to Portugal in 1943", In: *Journal of Transatlantic Studies*, v. 11, n. 3, 2013, p. 264-277.

\_\_\_\_\_. *Alliances équivoques et rivalités anglo-américaines au cœur de l'Atlantique. L'archipel des Açores entre Seconde Guerre mondiale et Guerre froide (1942-1948)*. 2012. 574 f. Tese (Doutorado em História) – Institut Pierre Renouvin, Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, 2012.

\_\_\_\_\_. "As pressões dos aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943 : da neutralidade à colaboração", In *Revista de Historia*, Departamento de Historia da Universidade de São Paulo, n. 161, 2009, p. 113-144.

\_\_\_\_\_. "L'archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le conflit Est-Ouest. 1946-1947, l'atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l'océan", In: *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*, n. 27, 2008, p. 77-89.

\_\_\_\_\_. *Les négociations entre les Etats-Unis, le Portugal et le Royaume-Uni pour le contrôle de l'Atlantique à partir de l'archipel des Açores vues à travers le réseau diplomatique français. 1943-1948*. 2007. 207 f. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea dos Mundos Estrangeiros e das Relações Internacionais - Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, Paris. 2007.

RODRIGUES, Luis Nuno. "Crossroads of the Atlantic: Portugal, the Azores and the Atlantic Community (1943-57)", In: AUBOURG, Valérie; BOSSUAT, Gérard; SCOTT-SMITH, Gilles. *European Community, Atlantic Community?*. Paris: Edições Soleb, 2008, p. 456-467.

\_\_\_\_\_. *No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa, Prefácio, 2005.

\_\_\_\_\_. "A Base Americana de Santa Maria", In: *História*, v. 26, n. 71, 2004a, p. 34-41.

\_\_\_\_\_. "George Kennan e as Negociações Luso-Americanas sobre os Açores", In: *Relações Internacionais*, n. 4, 2004b, p. 53-63.

ROLLAND, Denis. "Le Brésil et la guerre étrangère: discours sur la guerre, équilibre international et puissance nationale", In: MATTOSO, Katia de Queiros; SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis (dir.). *Le Brésil, l'Europe et les équilibres internationaux, XVIe-XXe siècles*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1999.

ROSAS, Fernando. "Portuguese neutrality in the Second World War", In: WYLIE, Neville. *European Neutrals and Non-Belligerents during the Second World War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 268-282.

\_\_\_\_\_. *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40*. Lisboa: Fragmentos, 1988.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos*. São Paulo: Fundação Nacional Pró Memória, 1985.

STOLER, Mark A. *Allies and Adversaries. The Joint Chiefs of Staff, the Grand Alliance, and U.S. Strategy in World War II*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

STONE, Glyn. "The Official British Attitude to the Anglo-Portuguese Alliance, 1910-1945", In: *Journal of Contemporary History*, v. 10, n. 4, 1975, p. 729-746.

SWEENEY, Jerry. "Genesis of an Airbase: The United States, Portugal and Santa Maria", In: *Aerospace Historian*, v. 24, 1977, p. 222-227.

\_\_\_\_\_. "The Unwanted Alliance: Portugal and the United States", In: BILLS, Scott; SMITH, Timothy. *The romance of history: essays in honor of Lawrence S. Kaplan*. Kent: The Kent State University Press, 1997, p. 214-227.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. "La politica exterior portuguesa, 1890-1986", In: PINTO, Antonio Costa. *Portugal Contemporaneo*. Madri: Sequitur, 2000, p. 57-84.

\_\_\_\_\_. "Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na Fundação do Pacto do Atlântico", In: *Analise Social*, v. 28, n. 120, 1993, p. 55-80

TELO, Antonio José. *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*. Lisboa: Asa Literatura, 1993.

\_\_\_\_\_. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. 2 volumes. Lisboa: Vega, 1990-1991.

\_\_\_\_\_. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1987.

THORNE, Christopher. *Allies of a Kind. The United States, Britain, and the War Against Japan, 1941-1945*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

TUSSEL, Javier. *Franco, España y la II Guerra Mundial. Entre el Eje y la neutralidad*. Madri: Temas de Hoy, 1995.

VINTRAS, Roland Eugene *The Portuguese Connection. The Secret History of the Azores Base*. Londres: Bachman & Turner, 1974.

WHEELER, Douglas L. "The Azores and the United States (1787-1987): Two Hundred Years of Shared History", In: *Boletim do Instituto Historico da Ilha Terceira*, v. 45, Tomo I, Angra do Heroismo, 1988, p 55-71.

